

Monitoramento Escolar: A Importância de uma Ferramenta Notificadora para a Detecção Precoce de Doenças Infecciosas.

School Monitoring: The Importance of a Notification Tool for the Early Detection of Infectious Diseases.

Caroline Matos Faria¹

¹ Enfermeira. Especialista em Saúde Coletiva, Fesp-Palmas, Tocantins – Brasil.

<https://orcid.org/0009-0005-6799-9087>

E-mail:
carolinematosfaria@gmail.com

RESUMO

A escola constitui um espaço social que tem grande propagação de doenças. Por isso esta pesquisa visa conhecer a importância do monitoramento escolar para detecção precoce de doenças infectocontagiosas do município de Palmas, Tocantins. Para isso, será realizada uma pesquisa de caráter quantitativo, descritivo e retrospectivo. A população estudada são crianças e adolescentes que frequentam o ensino público e privado do município de Palmas/TO cadastrados no monitoramento escolar. Os dados serão coletados nas planilhas que estão localizados no drive do e-mail do monitora covid escolas que é de domínio do Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde municipal, a análise será realizada pela descrição dos casos, caracterizando o perfil dos casos das doenças notificados. A pesquisa traz benefícios, uma vez que traz para as escolas a importância do monitoramento escolar e seu preenchimento, assim como informar como o monitoramento escolar traz uma melhor comunicação entre atenção básica, gestão, vigilância e educação, permitindo tomadas de decisões e orientação para esta comunidade para prevenção de futuras doenças e propagação de surtos. E que como ferramenta de notificação em saúde contribui e auxilia no desenvolvimento de ações de saúde e controle de doenças.

Palavras chave: Diagnóstico Precoce. Doenças Infecciosas. Monitoramento em Saúde.

ABSTRACT

The school constitutes a social space where diseases spread widely. Therefore, this research aims to understand the importance of school monitoring for the early detection of infectious diseases in the municipality of Palmas, Tocantins. For this, a quantitative, descriptive, and retrospective study will be conducted. The population studied will include children and adolescents who attend public and private schools in the municipality of Palmas/TO, registered in school monitoring. Data will be collected from spreadsheets located in the COVID school monitoring drive, which is managed by the Municipal Center for Strategic Information in Health Surveillance. The analysis will be conducted by describing the cases, characterizing the profile of reported disease cases. This research provides benefits by highlighting the importance of school monitoring and its proper completion, as well as demonstrating how school monitoring improves communication between primary care, management, surveillance, and education, enabling decision-making and guidance for the community to prevent future diseases and outbreaks. As a health notification tool, it contributes to and supports the development of health actions and disease control.

Keywords: Early Diagnosis, Infectious Diseases, Health Monitoring.

1. INTRODUÇÃO

As escolas constituem o primeiro espaço social após o convívio familiar, onde se adquire conhecimento e se desenvolvem competências para a vida adulta (SILVA; FERREIRA, 2014; MOREIRA; CANDAU, 2003). Por exercerem grande influência na formação do indivíduo, tornam-se essenciais ações integradas entre educação e saúde, pilares da dignidade humana e do bem-estar social (GONÇALVES et al., 2008).

No Brasil, as ações de saúde escolar iniciaram-se em 1889, de forma individualista, focadas em hábitos saudáveis sem considerar o contexto social e as doenças endêmicas (VALADÃO, 2004; GONÇALVES et al., 2008). Com o tempo, ganharam destaque em políticas públicas, reconhecidas por organismos como OMS e UNESCO (VALADÃO, 2004).

No âmbito nacional, destaca-se o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído em 2007, que promove a intersetorialidade entre redes públicas e sociais, integrando saúde e educação na formação cidadã, com participação da comunidade escolar (CARVALHO, 2015). A integralidade dessas áreas dissemina o conhecimento preventivo por meio de capacitações e ações educativas, contribuindo para reduzir a circulação de doenças infecciosas (SOUTO, 2013; LIMA et al., 2020; SOUZA et al., 2020; TRINDADE et al., 2023; RAMOS et al.).

A pandemia de Covid-19 (2020) provocou o maior afastamento escolar já registrado no Brasil, impactando relações sociais e ações de promoção da saúde e reduzindo notificações de doenças infectocontagiosas (FONSECA; SGANZERLA; ENÉAS, 2020; BRITO; FORMIGOSA; NETO, 2022). A notificação, comunicação feita à autoridade sanitária, subsidia a vigilância epidemiológica na adoção de medidas e planos de intervenção (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2023).

Em Palmas/TO, o retorno parcial às aulas presenciais em 2021 contou com orientações do Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde (CIEVS) e implementação do Programa Monitoramento Escolar (PME), que monitorava casos de Covid-19 por meio de formulários semanais. O CIEVS tem como objetivo fortalecer a capacidade de resposta do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e integrar equipes e gestores nas três esferas do SUS (MEDEIROS et al., 2023).

Com a vacinação e queda dos casos, o PME ampliou, em 2023, o rol de doenças monitoradas, especialmente as infecciosas prevalentes entre crianças e adolescentes, considerando características climáticas e epidemiológicas locais. O monitoramento permite

identificar doenças circulantes, orientar ações preventivas e evitar surtos, sendo essencial para o controle de agravos com potencial pandêmico (BAMBRA et al., 2022; SARTOR et al., 2022).

Em 2024, o PME monitorava 11 doenças endêmicas, como catapora, doença-mão-pé-boca, dengue, escabiose, mpox, caxumba, conjuntivite, covid-19, rotavírus e chikungunya; até junho de 2023 incluía “virose” como categoria genérica, depois retirada por dificuldade de identificação, sem prejuízo aos resultados.

O Tocantins enfrenta desafios com doenças infectocontagiosas como dengue, zika, chikungunya, leptospirose, tuberculose e HIV/AIDS, favorecidas por fatores climáticos e ambientais, exigindo campanhas, vacinação e políticas públicas eficazes (FONSECA et al., 2023). Em 2024, Palmas possuía 110 unidades escolares cadastradas no monitoramento, atendendo milhares de alunos e docentes (AGÊNCIA PALMAS, 2024; IBGE, 2021; GUIA DE ESCOLAS DO BRASIL, 2024).

Assim, as instituições de ensino configuram-se como espaços estratégicos de informação e intervenção em saúde. O trabalho integrado entre áreas permite ações efetivas de promoção da saúde e prevenção de doenças. O estudo buscou conhecer os casos notificados no PME em Palmas/TO, descrevendo perfil epidemiológico, doenças e surtos, evidenciando seu papel relevante para a sociedade.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo quantitativo, descritivo e retrospectivo dos casos de doenças de notificação compulsória nacional identificados em indivíduos da comunidade escolar das redes pública e privada de ensino, através do PME realizado pelo Centro de Informações Estratégicas da Vigilância epidemiológica (CIEVS) do município de Palmas, Tocantins.

O PME é realizado por meio da planilha do drive de Excel, onde é compartilhado com cada escola individualmente através do e-mail da instituição. Um responsável pela escola preencher esta planilha, sem necessidade de baixar, online, garantindo mais segurança e confiabilidade, pois somente a escola e o CIEVS terão acesso a estas informações.

A pesquisa foi realizada (com dados secundários consolidados) no Cievs, setor da vigilância epidemiológica inserida na estrutura organizacional da Secretaria de Saúde do município de Palmas. A capital do Estado do Tocantins possui uma população de 302.692 habitantes (IBGE 2022). Como método para facilitar a coleta de dados, os centros

educacionais selecionados foram divididos de acordo com sua localidade geográfica em duas regiões da cidade, norte e sul da Avenida Juscelino Kubitschek, sendo norte englobando as quadras arno e arne e a sul, as quadras arso, arse e o bairro de taquaralto (aurenys).

O período de estudo foi do ano de 2023, considerando ser o início da expansão do PME para as demais doenças infecciosas, pois anteriormente era só para o Covid-19. Devido a retirada da virose no ano de 2023, o banco de dados teve perdas destes dados deste agravo, sendo retirado dos resultados. O instrumento utilizado foi as planilhas do sistema de monitoramento escolar do Cievs Palmas/TO.

Os critérios de inclusão utilizados foram as pessoas da comunidade escolar cadastrada no monitoramento das escolas, as doenças infecciosas inseridas nas planilhas de monitoramento e as escolas cadastradas no sistema de monitoramento escolar. Já os critérios de exclusão foram as escolas que não preencheram as planilhas de monitoramento escolar, o período de férias letivos e os dados preenchidos incorretamente.

As variáveis do estudo foram números de casos suspeitos das doenças, a quantidade de agravos por mês, os números notificados por região norte e sul de Palmas-TO, sexo, faixa etária e turma (no caso de estudantes).

Os dados foram coletados nas planilhas que estão localizados no drive do e-mail com nome intitulado monitora covid escolar. A coleta foi realizada nos meses de novembro de 2024 à janeiro de 2025.

Foi feita uma análise descritiva dos casos inseridos na planilha, seguida por análises exploratórias para caracterizar o perfil dos casos suspeitos das doenças notificadas pela escola e o número de surtos. Realizada por meio de estatística descritiva dos parâmetros quantitativos, sendo calculadas frequências absolutas e relativas. Todo processo teve permissão de acesso aos e-mails da coordenação responsável pelos dados.

Em seu aspecto ético, o estudo foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) conforme Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e não apresenta conflito de interesses. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em 2024, sob protocolo nº 056729/2024.

3. RESULTADOS

De acordo com os dados obtidos do ano de 2023, foram 30 centros educacionais que notificaram casos suspeitos, entre eles CMEIS, escolas de ensino fundamental e médio públicos e particulares, dentre as notificações, o perfil da população notificada foi descrito na Tabela 1. Foram 334 notificações, dentre as quais, 164 foram do sexo feminino e 170 do sexo masculino. A faixa etária que foram mais notificadas foram de 0 a 5 anos, sendo 185 notificações, sendo o segundo maior as não informadas com 112, seguida pelo de 6 a 10 anos com 29 notificações e demais idades. Quanto ao ano escolar o maior número foi os que frequentam o berçário com 135 casos e o ensino fundamental com 8, seguida pela pré-escola com 72 casos, ou seja, as séries iniciais da educação.

Tabela 1. Frequências (absoluta e relativa) de notificação de casos suspeitos de doenças transmissíveis em estudantes de instituições de ensino de Palmas, por sexo, idade e ano escolar, em 2023.

Características	Categorias	N	%
Sexo	Feminino	164	49,10
	Masculino	170	50,90
Faixa etária	0-5 anos	185	55,39
	6-10 anos	29	8,68
	11-15 anos	2	0,60
	> 16 anos	6	1,80
	Não informado	112	33,53
Turma	Berçário/Maternal	135	40,42
	Pré-escola	72	21,56
	Ensino fundamental	93	27,84
	Ensino médio	8	2,39
	Ensino superior	4	1,20
	Não informado	22	6,59

Fonte: Drive Monitora Covid

Dos casos suspeitos, foram descritos 10 diferentes agravos, dentre os quais, o maior número foi do agravo mão-pé-boca com 72 casos, seguida por conjuntivite com 44 casos e dengue com 32 casos.

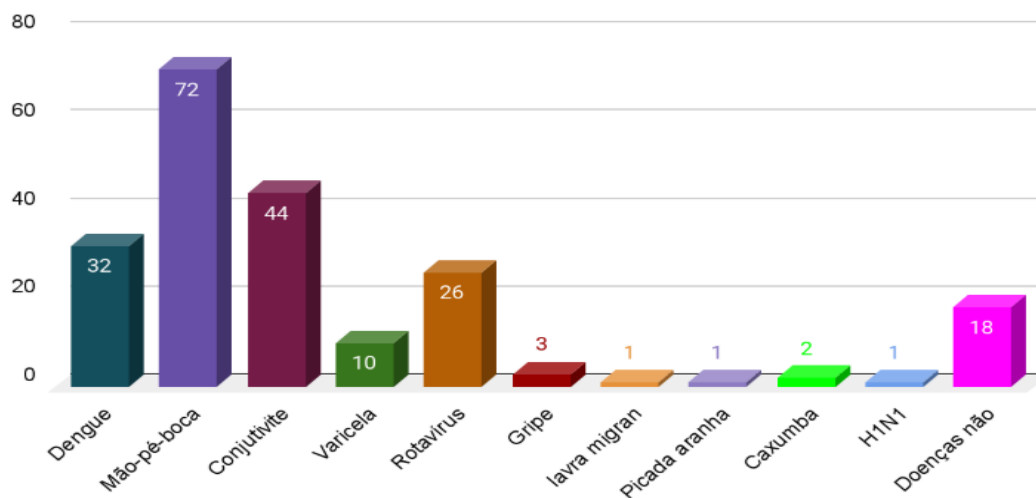


Figura 1. Distribuição de doenças e agravos suspeitos, notificados por escolas, em estudantes, no ano de 2023, em Palmas-TO.

Quanto aos meses que aconteceram as notificações, o mês de maio foi o mês que mais apresentou casos notificados com 95 casos, seguido pelos meses de junho com 64 casos e agosto com 37 casos.

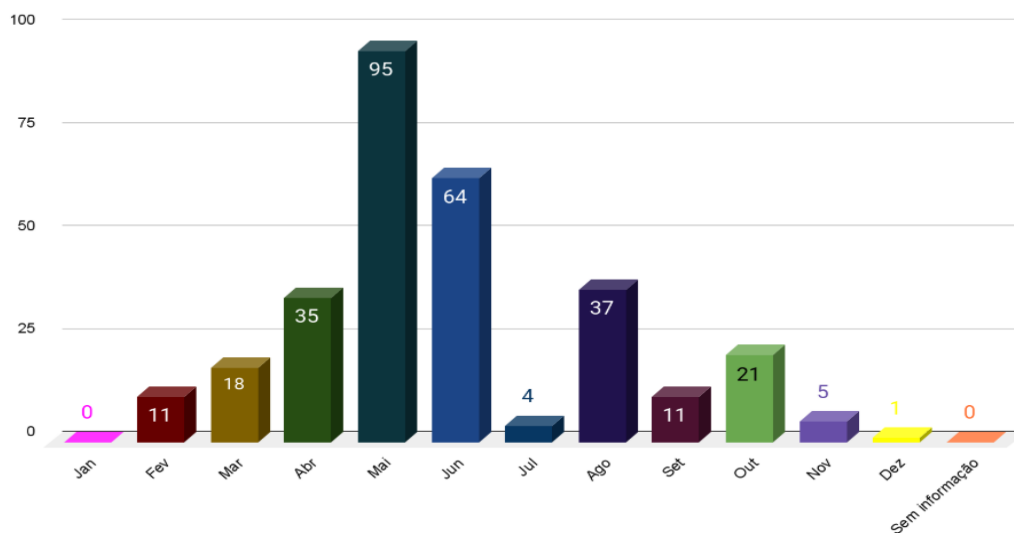


Figura 2. Distribuição de doenças e agravos suspeitos, notificados por escolas, em estudantes, no ano de 2023, por mês de notificação, em Palmas-TO.

Quanto aos agravos mais notificados por mês, o mês de maio e junho teve mais notificações de mão-pé-boca, seguido pelo mês de agosto com mais notificações de dengue e conjuntivite.

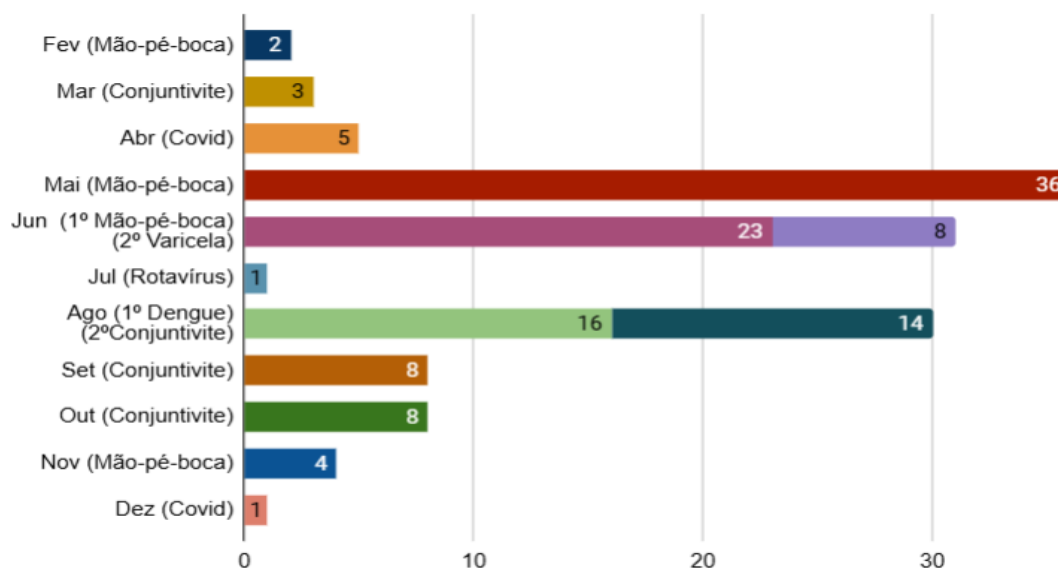


Figura 3. Distribuição de doenças e agravos suspeitos, notificados por escolas, em estudantes, no ano de 2023, por agravo mais notificado por mês de notificação, em Palmas-TO.

Em relação à região que os centros educacionais faziam parte, foram 22 centros educacionais localizados na região sul, sendo a região que mais notificou no ano de 2023.

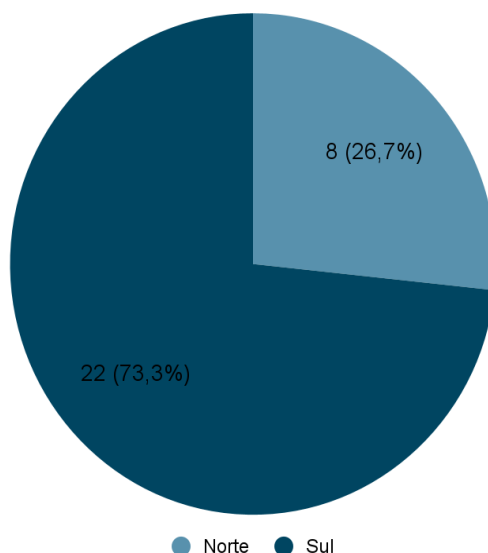


Figura 3. Centros educacionais que notificaram, divididos por região do município de Palmas

4. DISCUSSÃO

As notificações segundo o sexo não apresentaram diferenças relevantes, indicando que os agravos atingem igualmente meninos e meninas. Em relação à idade, observou-se maior número de notificações na faixa de 0 a 5 anos, o que, segundo estudos, pode ser explicado pelo sistema imunológico ainda imaturo, tornando-as mais suscetíveis a infecções e coinfeções, sobretudo as infectocontagiosas (BEBER et al., 2020; BRUM et al., 2022; SCHOTT et al., 2023). Essa faixa etária corresponde, majoritariamente, ao maternal/berçário, que apresentou o maior número de notificações. O ensino fundamental, segunda faixa mais afetada, abrange de 5 a 15 anos, período em que se combinam aglomeração escolar e falta de práticas de higiene, muitas vezes pouco ensinadas no ambiente familiar e escolar (MUNIZ, 2023; PEDROTTI et al., 2022).

Entre os agravos mais notificados estiveram mão-pé-boca, dengue, conjuntivite e rotavírus, endêmicos no Tocantins. O clima tropical quente e úmido favorece patógenos e vetores, aumentando a propagação dessas doenças, especialmente em crianças de baixa imunidade e em ambientes de aglomeração (HOLANDA, 2022; ZEZZO et al., 2021). Quanto à sazonalidade, maio, junho e agosto concentraram mais notificações, evidenciando a influência climática no ciclo de vida de patógenos e vetores; já as notificações em julho refletem aulas em alguns dias do mês (ZEZZO et al., 2021).

A maior concentração de notificações em escolas da região sul de Palmas pode indicar maior adesão ao programa de monitoramento do CIEVS, que deve ser expandido para outras regiões com ações educacionais voltadas ao controle de doenças e promoção da saúde (DIOGO, 2022).

As lacunas de dados e a ausência de preenchimento de planilhas por parte das escolas dificultaram a análise da situação de saúde escolar e podem gerar diagnósticos imprecisos e subnotificação, comprometendo políticas públicas (MARQUES et al., 2020). Para minimizar esses problemas, recomenda-se a capacitação periódica dos responsáveis pelo registro, simplificação dos formulários, informatização dos sistemas e mecanismos de monitoramento e feedback.

O estudo evidencia a importância das parcerias entre saúde e educação para conhecer a incidência e prevalência das doenças e o perfil dos indivíduos atingidos, subsidiando medidas preventivas e ações de promoção da saúde. Mostra também a

necessidade de mais pesquisas sobre doenças infectocontagiosas no ambiente escolar, espaço propício à propagação de agravos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados concluíram grande prevalência de doenças infectocontagiosas no ambiente escolar, principalmente nas idades de 0-5 anos e frequentando o berçário/maternal. Assim como o grande número de casos de crianças frequentando o ensino fundamental, sendo importante intervenções conjuntas da saúde e da educação nestes ambientes de ensino. Pois, por serem doenças endêmicas no município, é essencial a realização de estratégias para a realização de ações de prevenção e promoção em saúde, diminuindo assim o aumento de casos e sua propagação pela população. Ademais, o Cievs como centro estratégico deveria se aproximar do PSE para estimular este monitoramento e o retorno destas informações, para que gere estratégias de enfrentamento mais focados e direcionados neste público escolar.

Além disso, é importante estudos epidemiológicos sobre doenças infectocontagiosas na população escolar, visto que os estudos encontrados ainda são poucos sobre o assunto e o ambiente escolar ser um lugar propício à propagação de doenças devido à aglomeração de crianças. Outrossim, é importante um olhar sobre as fragilidades dos dados coletados, tendo em vista a perda de alguns dados, precisando assim de ferramentas de coletas que evitem estas perdas.

Dito isto, é essencial o fortalecimento deste projeto e suas parcerias, tendo em vista que foi graças a residência multiprofissional que este projeto se expandiu e ganhou destaque e garantiu um importante conhecimento de formação para os residentes. Por isso, é relevante que os ambientes de saúde e de formação profissional deem mais consideração para intervenções de saúde nestes centros educacionais, sejam públicos ou privados, para a construção de políticas públicas mais eficazes que vão auxiliar na elaboração de metas e objetivos capazes de trazer uma melhor saúde para a população.

REFERÊNCIAS

BAMBRA, Clare. Pandemic inequalities: emerging infectious diseases and health equity. *International Journal for Equity in Health*, [s. l.], v. 21, n. 6, p. 1-4, 2022.

BEBER, Lílian Corrêa Costa et al. FATORES DE RISCO PARA DOENÇAS RESPIRATÓRIAS EM CRIANÇAS BRASILEIRAS: revisão integrativa. **Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde da UNIARP**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 26-38, 2020.

BRITO, Caio Vinícius Botelho; FORMIGOSA, Caio de Araújo Corrêa; NETO, Oscar Sampaio Mello. Impacto da COVID-19 em doenças de notificação compulsória no Norte do Brasil. **Revista Brasileira Promoção Saúde**. , [s. l.], v. 35, n. 12777, 2022.

BRUM, Natália Fernanda Ferreira et al. Linfo-histiocitose hemofagocítica e leishmaniose em crianças: série de casos e revisão da literatura. **Revista Paulista de Pediatria**, 2022.

CODEÇO, Cláudia Torres; COELHO, Flávio Codeço. Redes: um olhar sistêmico para a epidemiologia de doenças transmissíveis. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 13, n. 6, p.1767-1774, 2008.

CARVALHO, Fabio Fortunato Brasil de. A saúde vai à escola: a promoção da saúde em práticas pedagógicas. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 25, ed. 4, p. 1207-1227, 2015.

DIOGO, Ana Tereza Silva e et al. EDUCAÇÃO E HÁBITOS DE HIGIENE: ONDE E COMO INTERVIR?. **Unimontes Científica**, Montes Claros (MG), v. 24, n. 2, p. 1-15, 2022.

FONSECA, Ada Letícia Gomes Pires da et al. Análise da Distribuição Espacial de Doenças Infectocontagiosas no Estado do Tocantins. **Revista Cereus**, v. 15, n. 1, p. 2-14, 23 abr. 2023.

FONSECA, Rochele Paz; SGANZERLA, Giovana Coghetto; ENÉAS, Larissa Valency. Fechamento das escolas na pandemia de COVID-19: impacto socioemocional, cognitivo e de aprendizagem. **Debates em psiquiatria**, [s. l.], p. 1-37, Out-Dez 2020.

GONÇALVES, Fernanda Denardin et al. A promoção da saúde na educação infantil. **Comunicação Saúde Educação**, [s. l.], v. 12, n. 24, p. 181-192, jan./mar. 2008.

HOLANDA, Renata Requião. ASSOCIAÇÃO ENTRE DOENÇA DIARREICA AGUDA, SANEAMENTO BÁSICO E VACINAÇÃO CONTRA ROTAVÍRUS EM MENORES DE 5 ANOS NA REGIÃO NORDESTE. BRASIL.1998-2019. 2022. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação de Medicina) -Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador, 2022.

IBGE. Palmas. [S. l.], 2021/2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmas/panorama>. Acesso em: 21 out. 2023.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de et al. Emergência de saúde pública global por pandemia de Covid-19: desinformação, assimetria de informações e validação discursiva. **Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 5-21, maio/ago. 2020.

MARQUES, Carla Adriana; Siqueira, Marluce Mechelli, Portugal, Flávia Batista. Avaliação da não completude das notificações compulsórias de dengue registradas por município de

pequeno porte no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [Internet]. 2020 mar [citado 2020 jan 6];25(3):891-900.

MEDEIROS, Gabriely Quintana de et al. Efetividade das vacinas da COVID-19 e disseminação do vírus: revisão sistemática. **Rev Neurociências**, [s. l.], v. 31, p. 1-23, 18 maio de 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Notificação Compulsória. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/notificacao-compulsoria#:~:text=A%20notifica%C3%A7%C3%A3o%20compuls%C3%B3ria%20%C3%A9%20a,descritos%20no%20anexo%2C%20podendo%20ser>. Acesso em: 9 out. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 30, de 7 de julho de 2005. PORTARIA Nº 30, DE 7 DE JULHO DE 2005 Institui o Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde, define suas atribuições, composição e coordenação. [S. l.], 7 jul. 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, (2020). Vigilância epidemiológica de doenças transmissíveis no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], ed. 23, p. 156-168, Maio/Jun/Jul/Ago 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/99YrW4ny4PzcYnSpVPvQMYk/?format=pdf&lang=pt>.

MUNIZ, Bárbara Lais Garcia .Higienização e saúde na escola: análise de documentos disponíveis antes e durante a pandemia do COVID-19. 2023. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Licenciatura em Ciências Biológicas) - Universidade Federal de São Carlos - Campus Sorocaba, São Paulo, 2023.

PEDROTTI, Sabrina Paranhos et al. Abordagem e Aplicação de Hábitos de Higiene na Educação Infantil. **XVII Seminário Ciência, Pesquisa e Extensão**. UNICRUZ. RS, 2012.

PEDROTTI, S.P. et al. Abordagem e Aplicação de Hábitos de Higiene na Educação Infantil. XVII Seminário Ciência, Pesquisa e Extensão. UNICRUZ. RS, 2012.

PREFEITURA DE PALMAS. Retorno às aulas na Rede Municipal de Ensino contemplará atividades na escola e em casa. [S. l.], 17 dez. 2020.

RAMOS, Lázaro Saluci et al. Instruções de higiene na escola e na sociedade como ação de saúde e prevenção de doenças: uma revisão bibliográfica. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, [s. l.], v. 12, n. 10, 10/2020.

SARTOR, Elisiane de Bona et al. Emergência e ressurgimento de doenças infecciosas: Os desafios das fronteiras sanitárias. **Visão Acadêmica**, Curitiba, v. 23, n. 3, Set. 2022.

SCHOTT, Abraão dos Reis et al. Meningite bacteriana na infância e adolescência - perspectivas atuais e desafios futuros. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 4, p. 12731–12744, 5 abr. 2023.

SECRETARIA DA SAÚDE. Portaria nº 699, de 8 de agosto de 2018. PORTARIA INST Nº 699/SEMUS/GAB/SUPAVS, DE 08 DE AGOSTO DE 2018. **Diário Oficial de Palmas**, Palmas, ano IX, n. 2.065, 17 ago. 2018.

SILVA, Luis Gustavo Moreira da; FERREIRA, Tarcísio José. O papel da escola e suas demandas sociais. **Projeção e Docência**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 6-23, dez. 2014.

SOUTO, Aline de Araújo. Prevenindo doenças infecciosas e parasitárias em escolas de educação infantil da cidade de Cuité-PB. 2013. 65 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) - Universidade Federal de Campina Grande, [S. l.], 2013.

SOUZA, Helen Paredes de et al. Doenças infecciosas e parasitárias no Brasil de 2010 a 2017: aspectos para vigilância em saúde. **Rev. Panamericana Salud Publica**, [s. l.], v. 44, p. 1-7, 2020.

TRINDADE, Mateus Lima Ulisses et al. Educação em prevenção de doenças infecciosas e parasitárias em escolas de ensino fundamental da cidade de Mossoró-RN: um relato de experiência. Interfaces - **Revista de Extensão da UFMG**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 01-706, jan./jun. 2023.

VALADÃO, Marina Marcos. Saúde na Escola: um campo em busca de espaço na agenda intersectorial. 2004. 154 p. Tese (Doutorado em serviços de saúde) - Faculdade de Saúde Pública, São Paulo, 2004.

ZEZZO, Larissa Vieira et al. DOENÇAS INFECCIOSAS NO CONTEXTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DA VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL. **Revista Brasileira de Climatologia**, [s. l.], v. 28, 2021.